

CONTRATO

ENTRE:

FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA - NOVA SCHOOL OF BUSINESS AND ECONOMICS, Fundação Pública com regime de Direito Privado, pessoa coletiva n.º [REDACTED], com o número de Identificação de Segurança Social [REDACTED], com sede na [REDACTED], representada pelo Administrador Executivo, [REDACTED] no uso da competência delegada do Diretor da Nova SBE desta Unidade Orgânica, adiante designada por "**Primeira Contraente**",

E

TBFILES PORTUGAL, LDA, pessoa coletiva n.º [REDACTED], com sede [REDACTED], representada neste ato por [REDACTED], portador do cartão de cidadão n.º [REDACTED], na qualidade de representante legal, adiante designado por "**Segundo Contraente**",

Considerando que:

- O procedimento foi efetuado ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação ("CCP");
- A decisão de contratar foi tomada por despacho de 14 de novembro de 2024, da Administradora Executiva, [REDACTED], no uso da competência delegada do Diretor da Nova SBE, [REDACTED] prevista na alínea a) do n.º 1 do despacho n.º 2742/2024 de 22 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 53 de 14 de março de 2024;
- As decisões de adjudicação e aprovação da minuta de contrato foram tomadas por despacho de 20/12/2024, da Administradora Executiva da Primeira Contraente.

É celebrado o presente contrato ("Contrato"), nos termos das seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

Objeto

O Contrato rege as condições de aquisição de serviços de custódia e gestão de arquivo, contratada pela Primeira Contraente ao Segundo Contraente, de acordo com as cláusulas constantes do caderno de encargos.

Cláusula 2ª

Prazo de execução

O contrato inicia os seus efeitos na data de publicação do Relatório de Formação de Contrato, nos termos do artigo n.º 127 do Código dos Contratos Públicos e estará em vigor até 31 de dezembro de 2026, ou até esgotar o valor contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

Cláusula 3.ª

Prevalência

1. Fazem parte do Contrato:
 - a) O caderno de encargos;
 - b) A proposta adjudicada.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Preço contratual

1. A Primeira Contraente obriga-se a pagar ao Segundo Contraente, pela execução de todas as obrigações do Contrato, o montante máximo de **19.990,00 €** (dezanove mil novecentos e noventa euros), acrescido de IVA, se aplicável.

2. O valor referido no número 1 anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Primeira Contraente.
3. O encargo para o ano de 2025 tem cabimento na rubrica: [REDACTED] assegurado pelo compromisso [REDACTED]
4. Uma vez que o contrato terá execução em mais do que um ano económico, o valor, referente à despesa a realizar no ano de 2025, será assegurado pelo orçamento ordinário do respetivo ano.

Cláusula 5.ª

Condições de pagamento

1. O pagamento das faturas pela Primeira Contraente é efetuado no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da receção das mesmas e sempre após a validação da entrega dos bens a que se referem.
2. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias pela Primeira Contraente é aplicável o disposto nos artigos 299.º, 299-Aº e 326.º do CCP.

Cláusula 6.ª

Obrigações do Segundo Contraente

1. O Segundo Contraente obriga-se a executar o objeto do Contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade, próprios das melhores práticas.
2. O Segundo Contraente obriga-se, ainda, a executar o objeto do Contrato de acordo com as especificações constantes no caderno de encargos do presente procedimento.

Cláusula 7.ª

Obrigações do Contrato

1. A Primeira Contraente é responsável pela obtenção de quaisquer licenças, de trabalho ou outras, pela realização de exames médicos, pela confirmação do historial médico de qualquer candidato, bem como pela satisfação de quaisquer requisitos ou qualificações de outra espécie exigidos por lei.

2. O Segundo Contraente não será responsável por quaisquer actos ou omissões praticados pelo candidato, quer no que diz respeito à fase das negociações tendentes à celebração do contrato com A Primeira Contraente, quer no que diz respeito à sua execução e cessação, não podendo ser exigida ao Segundo Contraente qualquer indemnização decorrente de quaisquer prejuízos ou danos da Primeira Contraente, que derivem da actuação do candidato.

Cláusula 8.^a

Responsabilidade e Indemnizações

Em caso de incumprimento culposo do presente Contrato, e independentemente do direito de resolução, a parte não faltosa terá direito a uma indemnização nos termos legais, a qual, sendo imputável a uma actuação negligente por parte do Segundo Contraente não excederá o equivalente aos honorários que foram pagos pela Primeira Contraente, ou que por este seriam devidos conforme previsto nos presentes termos e condições.

Cláusula 7.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação

O Segundo Contraente não poderá subcontratar as prestações objeto do Contrato ou ceder a sua posição no mesmo sem prévia autorização, dada por escrito, da Primeira Contraente, nos termos dos artigos 317.º a 319.º do CCP.

Cláusula 8.^a

Confidencialidade

O Segundo Contraente obriga-se a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados a que tenha acesso na execução do Contrato.

Cláusula 9.^a

Proteção de dados pessoais de pessoas singulares

1. Cada uma das Partes deve atuar em conformidade com as normas vigentes em matéria de proteção de dados pessoais, que lhes sejam aplicáveis, cumprindo com as

respetivas obrigações durante toda a vigência do Contrato e, sempre que necessário, após a sua cessação.

2. O adjudicatário compromete-se a notificar imediatamente a entidade adjudicante quando tome conhecimento de uma violação de dados.

3. A entidade adjudicante informa que os eventuais dados pessoais recolhidos no âmbito da celebração e vigência do Contrato têm por objetivo/finalidade o cumprimento das obrigações decorrentes do mesmo, podendo os dados necessários ser comunicados à Autoridade Tributária e Aduaneira e a quaisquer outras entidades que, de acordo com a lei e os fins que prossigam, tenham direito a aceder aos mesmos.

4. O adjudicatário compromete-se a dar acesso aos dados pessoais apenas a colaboradores afetos às tarefas associadas à prestação dos bens a fornecer objeto do presente procedimento e apenas para esse fim, ficando os mesmos sujeitos ao dever de confidencialidade e de limitação de tratamento.

5. Os dados pessoais recolhidos serão guardados e tratados pela entidade adjudicante durante o período de vigência do Contrato e, após a sua cessação, pelo prazo que a legislação fiscal indicar (atualmente de dez anos).

6. O titular dos dados tem o direito de acesso aos seus dados, de requerer a sua retificação, o direito de aceder ao registo do seu tratamento, o direito ao seu apagamento após o decurso dos prazos legais decorrentes da legislação fiscal ou outra aplicável, bem como o direito à sua portabilidade.

7. Com a adesão ao caderno de encargos o adjudicatário compromete-se expressamente a respeitar o Regulamento Geral de Proteção de Dados, na versão atualmente em vigor, nomeadamente a efetuar o tratamento de dados pessoais de pessoas singulares que lhe sejam transmitidos, obtidos ou dados a conhecer no âmbito da execução do contrato, de acordo com o disposto no Regulamento Geral sobre Proteção de Dados.

8. O adjudicatário declara, para os devidos e legais efeitos, que os dados pessoais dos seus trabalhadores que sejam transmitidos à entidade adjudicante foram obtidos em conformidade com o disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

Cláusula 10.^a

Gestor do Contrato

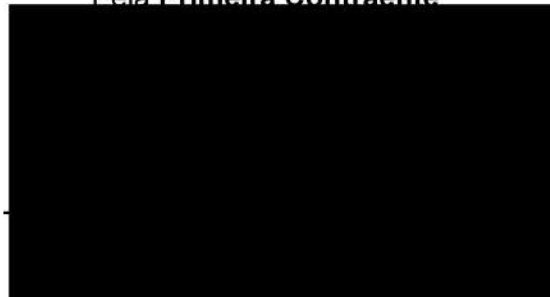
A Primeira Contraente designa para o desempenho das funções de gestor do Contrato,
[REDACTED] área de Facilities & Services da Nova SBE.

Cláusula 11.^a

Tribunal competente

Para dirimir todas as questões emergentes do Contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra.

Pela Primeira Contraente



Pelo Segundo Contraente

